

REPENSANDO AS CATEGORIAS RURAL E URBANO NA FAVELA¹

Rethinking rural and urban categories into favela

Maria José Teixeira Carneiro²

Jay Marinus Nalini van Amstel³

RESUMO

A distinção entre rural e urbano, ou cidade e campo, é uma ideia há muito arraigada tanto nas representações do senso comum como nas preocupações acadêmicas. Neste processo de construção histórica da categoria, o “rural”, como um adjetivo (descritivo) que qualifica, acriticamente, espaços, relações sociais, processos e atores sociais, foi associado às ideias de escassez, atraso, tradição, enquanto o “urbano” apresenta-se associado à imagem de desenvolvimento, progresso e modernidade. Partimos da premissa que essa oposição tem se revelado insuficiente para a compreensão das dinâmicas sociais. Entendemos “rural” muito mais como uma categoria de pensamento do que uma categoria analítica. Assim apresentamos algumas reflexões sobre a apropriação social do espaço em áreas de periferia urbana onde as limitações dessas classificações se apresentam de maneira muito mais evidente. Centramos nossa análise na noção de paisagem.

Palavras-chave: Favela. Paisagem. Natureza. Rural. Urbano.

Abstract

The distinction between rural and urban, or city and countryside, is an idea long rooted in both common sense and academic concerns. In this process of historical construction of the category, the “rural”, as an adjective (descriptive) that uncritically qualifies spaces, social relations, processes and social actors, was associated with ideas of scarcity, backwardness, tradition, while the “urban” was associated with the image of development, progress and modernity. We start from the premise that this opposition has proved insufficient for the understanding of social dynamics. We understand the “rural” as much more a category of thought than an analytical category. Thus we present for discussion some reflections on the social appropriation of space in areas of urban periphery where the limitations of these classifications are presented in a much more evident way. Then our analysis focuses on the notion of landscape.

Keywords: Favela. Landscape. Nature. Rural. Urban.

¹ Este artigo foi parcialmente apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Professora Titular no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). mjtcarneiro@gmail.com.

✉ Avenida Presidente Vargas, n. 417, Centro, Rio de Janeiro, RJ. 20071-003.

³ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). jayamstel@gmail.com.

✉ Avenida Presidente Vargas, n. 417, Centro, Rio de Janeiro, RJ. 20071-003.

ESCLARECENDO A OPOSIÇÃO RURAL E URBANO

Pensar os espaços ou paisagens das favelas a partir das categorias “rural” e “urbano” ou “campo” e “cidade” exige, em primeiro lugar, um esclarecimento sobre os significados atribuídos a tais noções. Através de um processo de construção histórica, essa oposição esteve associada a um conjunto de outras dualidades como “atraso x progresso”, “tradicional x moderno”, “comunidade x sociedade”, e outras imagens integrantes de uma narrativa sociológica pautada na necessidade de se estimular um desenvolvimento, com base no padrão urbano, que levasse à superação empírica (não necessariamente conceitual) dessa dualidade. Entendemos assim os esforços da Sociologia Rural (MARTINS, 1981; WANDERLEY, 2010; MOREIRA, 2005; CARNEIRO, 2008; LLAMBÍ; PÉREZ, 2007) para definir o rural como objeto de pesquisa desde a sua fundação.

A associação do rural ao agrícola ou à criação de animais é, talvez, a ideia mais forte e antiga mas que perdura até hoje tanto no senso comum como nos meios acadêmicos. No pós-guerra, a necessidade de construir uma sociedade moderna sobre os escombros das cidades e dos campos devastados trouxe à cena novas questões. Entendendo que a agricultura se modernizaria e, com ela uma diversidade de modos de vida construídos sobre a base da organização social camponesa, o que restaria desse “rural atrasado” tão ancorado nas histórias e nas identidades dessas noções? O que aconteceria com o campo? Os camponeses persistiriam? Haveria um êxodo em massa para as cidades? O campo seria ocupado por grandes plantações mecanizadas e se transformaria num deserto demográfico? As aldeias camponesas desapareceriam? Na França, um grande debate entre dois conhecidos sociólogos, nos anos 1960-70, que repercutiu também entre pesquisadores brasileiros, se voltava para compreender esse processo.

De um lado, Henri Mendras (1976) sustentava que a diversidade cultural, econômica e social das estruturas socioespaciais rurais (as “aldeias”), então ocupadas fundamentalmente pelo campesinato, se devia à autossuficiência relativa das comunidades camponesas, mesmo sendo elas parte de uma sociedade mais ampla. Essa autonomia permitia que essas comunidades se relacionassem com as cidades, mas sem perder a especificidade de seus modos de vida influenciando, em maior ou menor grau, a sociedade englobante. Contudo, acreditava-se que, face às pressões da modernização da agricultura no período após a Segunda Guerra Mundial, essas especificidades desapareceriam, havendo uma grande tendência à homogeneização dessa nova sociedade. A hipótese de Mendras era a de que a modernização da agricultura no período pós Segunda Guerra Mundial levaria ao desaparecimento dos camponeses. O modelo produtivista, hegemônico, tenderia a urbanizar as localidades rurais, encerrando o período de autonomia e a especificidade das coletividades rurais, o que implicaria um futuro estritamente urbano. Com a extinção do campesinato decorreria também a perda da tradição, ou seja, o “desmantelamento da coletividade do vilarejo e da autossuficiência doméstica” (MENDRAS, 1976, p. 15), abrindo caminho para a migração de parte da população rural para os centros urbanos, motivada por uma forte tendência à especialização e intensificação produtiva da agricultura.

Marcel Jollivet (2001), por outro lado, enfatizava a necessidade de se buscar nas lógicas das relações das sociedades rurais com a sociedade englobante, a explicação para a sua diversidade. Seu argumento focava nos processos históricos da subordinação dessas estruturas rurais à sociedade englobante, para compreender as mudanças em curso nessas sociedades locais. Assim traçando tal prognóstico, sociólogos e antropólogos justificavam a urgência e relevância da tarefa de documentar o máximo possível essas sociedades em processo de

extinção. Foi o que motivou a formação do Grupo de Pesquisa em Sociologia Rural do CNRS⁴ e o grande projeto de pesquisa sobre as “Coletividades Rurais” coordenado por Jollivet e Mendras⁵.

No entanto fortes questionamentos procuraram desbancar tais concepções analíticas pautadas na dominação do urbano sobre o rural. Na década de 80, frente aos severos impactos do modelo produtivista, o rural deixa de representar apenas um local de produção agrícola e passa a cumprir outras demandas, tais como: proteção ambiental, áreas de lazer, turismo, local de moradia mais próxima da natureza e produção de alimentos mais saudáveis. É neste sentido que alguns autores apontam para o “renascimento do rural” ou para as “novas ruralidades” que expressariam o rural como um espaço dinâmico, dando origem a novas formas de sociabilidade em uma rede complexa de atores sociais, que não caberia no modelo de explicação baseado na urbanização do campo. Rejeita-se, dessa maneira, a hipótese do fim do rural (KAISER, 1990; JOLLIVET, 2001; MOREIRA, 2005; WANDERLEY, 2009).

Outra vertente, que se aproxima da anterior, questiona o uso da categoria “rural” destinada a fins analíticos, lembrando o conteúdo normativo e valorativo dessa categoria sustentada numa razão dualista que não é neutra, ao contrário, possui um viés político que nem sempre é percebido e raramente superado. Explicitar esses conteúdos de modo a tornar claro de onde e para quem se fala é uma tarefa complexa na medida em que a categoria rural transita por diversos universos semânticos: está, ao mesmo tempo, implicada na

⁴ CNRS, *Centre National de Recherche Scientifique*, é a agência francesa de fomento a pesquisas científicas, equivalente ao nosso CNPq.

⁵ A esse respeito conferir: “*Les Collectivités Rurales Françaises*”, coordenado por Jollivet e Mendras. Paris, A. Collin, 1971. Para uma revisão do debate acadêmico francês ver a excelente síntese promovida por Maria Nazareth Baudel Wanderley (2018) em “Uma singularidade histórica: o olhar de uma pesquisadora brasileira sobre o mundo rural francês”.

construção de nosso objeto assim como nas formas como as pessoas se orientam nos espaços onde vivem e atuam (CARNEIRO, 2008).

Resulta dessas reflexões, aqui sintetizadas, a pergunta que nos orienta na tentativa de classificar como “rural” um espaço, uma paisagem ou um conjunto de relações sociais: até que ponto o uso dessa categoria acrescenta algum conhecimento ao que estamos tentando compreender ou descrever? Além disso, cabe indagar também se a diversidade dos modos de vida, das paisagens, dos espaços ou territórios, cabe dentro de tal categoria.

Diversos estudos têm mostrado as limitações dessas classificações (rural e urbano) frente às diferentes formas de apropriação social do espaço, sobretudo em áreas de periferia urbana e de favela em países em desenvolvimento.

Em alguns casos, busca-se traçar um paralelo entre as favelas e o rural. Como bem apresenta Valladares (2005), os primeiros profissionais a subir os morros no final do século XIX se espelharam nas descrições de Euclides da Cunha sobre Canudos (CUNHA, 1968), na medida em que daí teria originado os moradores do primeiro local reconhecido como “favela” no Rio de Janeiro. Assim, muitos deles se referem à favela como o “sertão da cidade”. Mais tarde, quando a favela se torna objeto de estudo das Ciências Sociais, esta discussão aparece em publicações de pesquisadores estrangeiros, como é o caso de Frank Bonilla (1961) que a descreve como um espaço rural dentro da cidade. Posteriormente, os esforços de Anthony Leeds e Elizabeth Leeds (1978) objetivaram atestar a incorporação destas localidades ao tecido urbano por meio das diferentes relações de interdependências com a cidade formal.

Esta associação entre favela e rural era baseada em características que salientavam a carência, o atraso, a especificidade “cultural” e a preguiça dos moradores. Tais definições eram importantes para

mobilizar ações políticas e intervenções, muitas vezes de caráter contraditório, ora pautadas na remoção da população, ora estimulando a urbanização destes assentamentos. Nas décadas de 1980 e 1990, com a ambientalização das políticas urbanas, os morros são revalorizados pela presença do componente “natural” nas cidades, de modo que a expansão das favelas se tornaria uma ameaça a tais remanescentes (COMPANS, 2007; FUKS, 1998). Outra dualidade passa, então, a figurar nos questionamentos sobre o ambiente urbano. Assim como no caso das definições “rural” e “urbano”, as categorias “natural” ou “artificial” são utilizadas pelos atores sociais para organizar o mundo social e orientar ações, como por exemplo, a utilização destas categorias pela administração pública.

Se assumíssemos tais definições, seria possível afirmar que a favela seria um espaço “rural” porque estaria mais integrada à “natureza” ou porque teria a presença de produção agrícola e de animais? Ou, ao contrário, que seria um ambiente “artificializado”, densamente povoado e, portanto, urbano? A impossibilidade de responder criteriosamente tais questões corrobora a ideia, que defendemos, de que essas categorias (rural ou urbano) nos ajudam pouco na definição de um espaço, modo de vida ou práticas.

Nessa direção, entendemos que tais categorias, quando aplicadas à favela (ou às periferias), incorrem em generalizações imprecisas, tanto em termos do entendimento destas paisagens quanto das práticas realizadas por seus moradores. É comum a presença de pequenos quintais agricultáveis assim como de criação de animais de pequeno porte (porcos, cabras) e até mesmo de grande porte (cavalo, como foi observado na nossa pesquisa de campo)⁶, o que, a nosso ver, não é suficiente para qualificarmos esses espaços como rurais. Ao contrário,

⁶ Para maiores detalhes ver Amstel (2018, p. 105-111).

verificamos que o uso dessas dicotomias apresenta mais confusões do que esclarecimentos sobre os modos de vidas e as paisagens locais.

Na cidade do Rio de Janeiro, o Plano Diretor da década de 70 transformou toda a extensão do município em área urbana, o que tem consequências diretas para o agricultor que produz dentro desses limites, já que em um município urbano, supostamente, a prática da agricultura não representa uma prioridade. Com isso, torna-se contraditória a expedição da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento indispensável para o acesso ao crédito por parte dos agricultores. Para a administração municipal, contudo, a classificação de todo o território do município como espaço urbano contribui para o aumento da arrecadação fiscal já que o IPTU é substancialmente maior que o ITR. Hoje, o reconhecimento da existência da agricultura urbana e a demanda por políticas públicas voltadas a esta é uma das principais reivindicações de movimentos sociais específicos. Nestes embates entre o poder público, movimento social e sociedade civil, constatamos que as definições rural/urbano e natural/artificial estão em constante disputa pelos atores, como uma forma de orientar e classificar seus universos sociais e geofísico, assim como, sustentar práticas sociais e ação política. Em síntese, entendemos que tais categorias são relacionais, ou seja, só tem valor quando em oposição uma à outra e guardam um forte conteúdo político.

FAVELA COMO PAISAGEM

Estudiosos desses espaços reconhecidos como “favela” tem apontado para a ampla generalização desse termo, o que acaba por encobrir a heterogeneidade dos processos de formação de cada uma destas localidades (VALLADARES, 2005).

No âmbito da análise de paisagens, consideramos aqui duas abordagens de caráter antagônico para na sequência apresentar

nossa operacionalização do conceito. A primeira visão, de caráter naturalista e objetivista, busca definir uma realidade a partir de um olhar neutro sobre esta. Neste sentido a paisagem é vista como o pano de fundo das atividades humanas. Desta concepção emerge também a ideia de paisagem como objeto de contemplação por sua beleza, em geral associada à natureza intocada pelo homem. Outra abordagem, de cunho culturalista e subjetivista, define a paisagem como fruto de ordenamento cognitivo ou simbólico do espaço. Como nos aponta Latour (1994), a raiz comum destas visões antagônicas é a tentativa de purificação, de distinguir e opor natureza e cultura, o que reflete como a produção do conhecimento científico foi concebida nos tempos modernos, buscando conferir-lhe o status de “verdade”. Tais concepções estão também assentadas em uma ontologia que pressupõe a separação entre a percepção humana e o mundo externo, ou seja, o observador captura o mundo externo e o reconstrói como representações mentais, dentro do mundo interno (INGOLD, 2002 p. 191). Na análise das favelas como paisagem, assim como indagamos sobre as categorias rural e urbano, cabe também questionar o que essas dicotomias (o humano e o natural ou a cultura e a natureza) nos ajudam a entender.

Pensar por meio desses opostos resulta na separação entre homem (ator da transformação) e a natureza objetificada e cristalizada sobressaindo o homem como ser hierarquicamente superior e dominador. Esse esquema acaba por criar e fortalecer um dualismo incessante entre objeto e sujeito, material e ideal. Para fugirmos dessa armadilha, é preciso superar essas dicotomias para poder explorar outras formas de perceber e analisar a paisagem.

A partir das considerações acima, propomos entender a favela como uma paisagem considerada a partir do engajamento dos moradores

com seu ambiente⁷. Entendemos que tal paisagem constitui uma testemunha das vidas e trabalhos das gerações passadas que ali habitaram e de suas experiências anteriores como sujeitos que as transformam e são por ela transformados. Perceber a paisagem é então um processo de lembrar, é um resgate de memórias, de conhecimentos e de práticas daqueles que por ali passaram (INGOLD, 2002, p. 190). A paisagem seria, portanto, um recorte da totalidade vivida pelos moradores realizado e percebido como tal por eles. Nosso objetivo neste artigo é realizar um exercício de buscar uma aproximação de como esta paisagem, associada à ideia de natureza, é percebida, vivenciada e modificada pelos sujeitos que a constituem num processo dinâmico e histórico de constituição de novas totalidades a partir de uma recomposição estética, subjetiva, de fragmentos, como sugere Georg Simmel (2009). Entender a favela como paisagem implica, por outro lado, aceitar uma relação de alteridade estabelecida entre o sujeito que recorta um dado ambiente e este. Essa alteridade, uma relação de ver de fora, não exclui, contudo que esse recorte seja informado por uma vivência ou experiência nesse contexto. Por isso, as paisagens registradas são diversas e carregam conotações distintas, mesmo que tenham sido motivadas por uma mesma intenção: registrar o que se entende por natureza na favela.

Imagens da “natureza” como paisagem

As imagens aqui apresentadas foram registradas por jovens (de 18 a 24 anos) moradores de diferentes favelas e periferias de Niterói (RJ) e São Gonçalo (RJ). Estas fotos foram feitas por estudantes do curso técnico

⁷ Faz-se a opção de utilizar prioritariamente o termo “ambiente” ao invés de “meio ambiente”, justamente por este último carregar uma conotação específica nos discursos ambientalistas, e não estar presente, necessariamente, no universo empírico em questão.

em segurança do trabalho do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), como uma atividade complementar da disciplina de Gestão Ambiental. Eles foram estimulados a retratar o que eles entendiam por “Natureza” no entorno de suas casas e a elaborar legendas explicativas. Foram ao todo 25 jovens envolvidos na atividade, no entanto apenas 7 trouxeram fotos, das quais optamos por selecionar apenas 5 para o presente artigo⁸.

Consideramos essas imagens como registros de paisagens ainda que essa expressão não tenha sido utilizada nem pelos produtores das imagens nem pelo pesquisador. As fotografias produzidas pelos jovens serão tratadas como expressão da “favela”⁹ como paisagem, assumindo aqui uma aproximação (já feita historicamente pela bibliografia) entre natureza e paisagem, como uma elaboração analítica.

As imagens, como veremos, carregam em si uma força expressiva ligada à percepção dos moradores sobre seu ambiente. A possibilidade de dialogar sobre tais imagens em um grupo focal, interpelando-os sobre o que quiseram mostrar, possibilitou uma rica discussão na qual afloraram diferentes significados sobre o que foi registrado. Nessa ocasião, foram discutidas não só as imagens, mas também as histórias das famílias e determinadas práticas e conhecimentos que nem sempre estavam explícitas nas fotografias.

8 Muitos estudantes não puderam tirar fotografias no entorno de suas casas por conta de serem territórios utilizados pelo tráfico.

9 Em alguns casos o termo “favela” é considerado pejorativo ou sinônimo de precariedade pelos moradores destas localidades que acabam optando por “comunidade”. Este último fora introduzido por entidades católicas, nos idos do século passado que pretendiam realizar a promoção das favelas ao status de bairro (VALLADARES, 2005). Entretanto, mais recentemente os movimentos sociais tem advogado pela utilização do termo da “favela”, ressaltando uma cultura e identidade próprias, símbolos de resistência e mobilização social. Entre o grupo de jovens aqui trabalhados, a categoria “favela” apareceu apenas posteriormente durante a discussão sobre as imagens no grupo focal, no momento em que se percebeu que todos tinham uma origem habitacional semelhante.

Nesse sentido a favela como paisagem não se enquadraria na oposição rural x urbano. Considerar, por exemplo, um plantio na favela como uma paisagem “rural” dentro da cidade, simplificaria os significados dos processos que envolvem tal atividade e os conhecimentos a ela associados.

A maneira como as pessoas se relacionam no desenvolvimento de uma prática agrícola na favela, certamente, depende do conjunto de relações ali estabelecidas, diferindo dos modos de praticar a agricultura em outros espaços. Como diz Tim Ingold (2002), existe uma precedência do “habitar o mundo” em relação às atividades de “construir ou cultivar”, ou seja, é só porque o morador está imerso naquele ambiente que é possível que tais modos de conhecimento e de práticas sejam gerados. Nessa abordagem, não é mais possível considerar que um conhecimento (ou percepção) seja gerado numa posição distanciada das condições materiais na qual este foi gerado, muito menos a pretensão de que este implique uma representação apartada do mundo. Essa maneira de ver reforça a ideia de que o mundo é muito mais complexo e não cabe em categorias simplificadoras. Revela-se, assim, a inadequação do uso de categorias genéricas e em oposição, como rural x urbano e natureza x cultura, para compreender certas (ou todas?) realidades.

Por mais que a família destes jovens tenham origem ou conexões com a “roça”, esses plantios tomam delineamentos e formas de reprodução e de utilização próprios. Devido a tal especificidade é possível considerar a existência de “comunidades epistêmicas” dentro das favelas que, como aponta Norman Long (2001), são compostas por redes de conhecimentos e práticas altamente dinâmicas. Mesmo que o conhecimento dos “mais antigos” esteja ali, há uma constante conjugação entre matrizes cognitivas que, por sua vez, apresentam

diferentes condições e possibilidades de interação com o ambiente, como desenvolvemos em Amstel (2018).

Céu e morros

Uma das possibilidades em caracterizar as paisagens é recorrer aos elementos do relevo, à presença de remanescentes florestais, à conformação da drenagem em bacias, à morfologia dos assentamentos humanos etc. Entretanto na maioria das vezes pouco se fala sobre o céu, e no caso de representações cartográficas e geofísicas este simplesmente está ausente, e isto é tomado com naturalidade, o que contrasta diretamente com a percepção destes jovens moradores.

A característica marcante desta primeira foto é a referência ao céu como um exemplo da presença da “natureza”, algo que se repete em

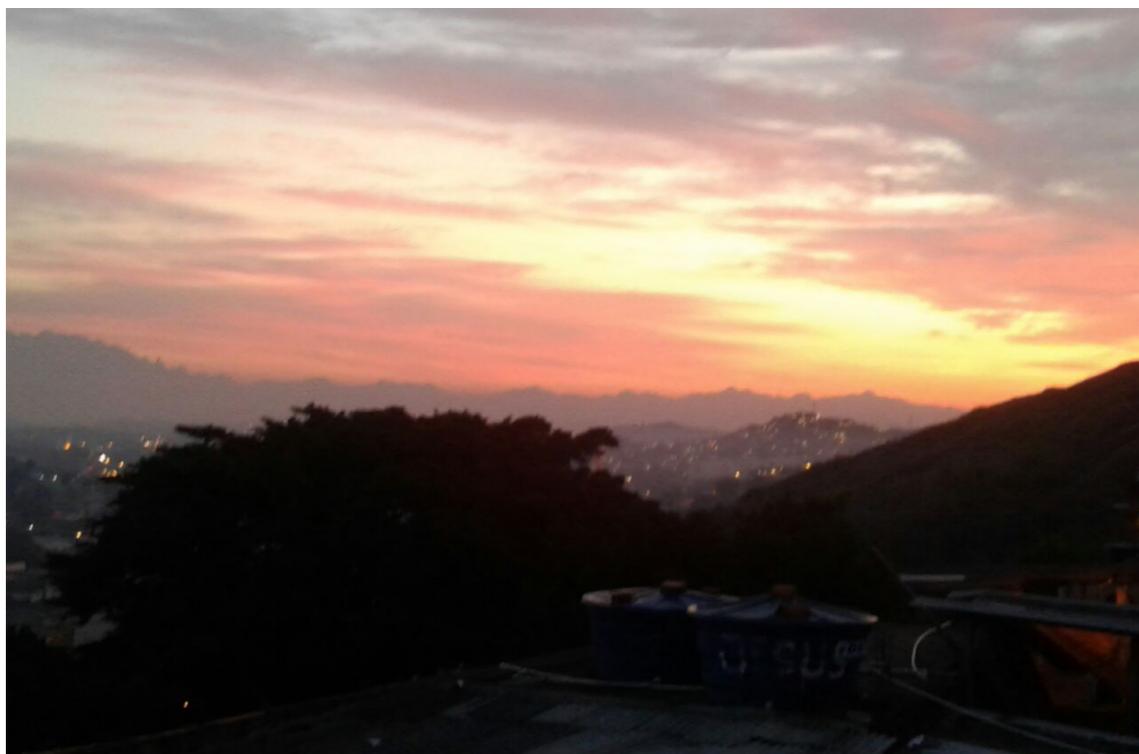


Figura 1 – Foto por Igor Dias Primo (Morro do Holofote, Niterói, RJ)

outras fotos. As cores do céu e sua composição no pôr do sol ou na alvorada, conjuntamente com outros elementos da paisagem, são referenciados em conjunto com os ciclos e estações do ano.

A ação antrópica é apontada nesta foto, mas é vista como fruto de um processo contraditório: sem lugar na cidade formal, as populações pobres expulsas de outros espaços não tiveram outra opção além de fazer suas residências nos morros. Mesmo que isto tenha acarretado a “destruição da natureza”, ainda se aprecia o que dela resta nos morros, como ressalta Igor:

Podemos observar claramente a ação do homem que com o passar do tempo foi dominando, aprimorando e construindo cada vez mais casas e mais casas. Como já vimos em história essa população foi expulsa de suas casas, do centro da cidade, e não tinha para onde ir, e não tinha como sobreviver, por isso a forma mais rápida que eles acharam foi começar a desmatar a natureza que tinha nos morros e começaram a construção de suas moradias. Hoje em dia essa imagem ainda persiste! [...]. Nesta foto nós temos uma paisagem muito bonita, aonde acontece as junções das cores no céu. Essas cores chamam muita atenção por serem cores marcantes. Nessa foto conseguimos capturar imagens de casa, prédio e mais além podemos ver montanhas com árvores em cima. Essa foto é muito bonita e deu trabalho para tirar... (Igor Dias Primo, 17 anos, estudante do 3º. ano do ensino médio).

A definição de ocupação irregular, ou mesmo aglomerado subnormal por fontes oficiais, realça a condição de precariedade, anormalidade e/ou ilegalidade da favela, em detrimento de outros aspectos. Como aponta Lammers (apud UFFORD, 2002), a ênfase em tal adjetivação está intimamente relacionada às intenções das instituições, gestores e técnicos envolvidos que necessitam realçar determinadas características de modo a



Figura 2 – Morro do Holofote, Niterói, RJ
 Fonte: PRIMO, I. D, s/d.

justificar intervenções. Desta forma, os diagnósticos assim gerados priorizam as imagens de “degradação ambiental”, “a falta de cooperação da população” e a ocupação de áreas de preservação permanente, pois isto justifica a intervenção de acordo com os parâmetros de tal comunidade epistêmica (AMSTEL, 2018, p. 66). No entanto nas imagens apresentadas pelos jovens não há menções quanto a tais questões, nenhuma adquire um tom de denúncia. Não que elas não sejam percebidas, mas outro aspecto é escolhido para ser capturado pelas lentes: a idealização “natureza” como algo a ser contemplado mesmo que entre as construções.

O fato das fotos não abordarem os “aspectos negativos” da favela também é comentado em trabalhos de fotógrafos na favela que optam por não incluir em suas pautas cenas de violência cotidiana, muito exploradas pela grande mídia (CARMINATI, 2009). Tais profissionais optam por não reduzir a favela à violência ou a outras imagens depreciativas comuns àqueles que as olham de fora. Nesse sentido, a favela como paisagem está

sujeita à avaliação subjetiva e política daqueles que a recortam ou registram.

Se o objetivo aqui é se aproximar da percepção da “natureza” nas favelas segundo a lente desses jovens moradores, o exercício de retratar a “natureza” no entorno de suas casas mostrou que há uma grande diversidade de significados e percepções. São comuns as referências a uma visão idílica e romântica da natureza, uma percepção estética e de contemplação, como por exemplo, nas referências ao céu, aos morros e suas vegetações. Num primeiro momento isto indicaria que tais jovens partilhariam da divisão moderna que reconhece a natureza como estando externa e separada do homem (LATOURETTE, 1994). Entretanto ao aprofundar a análise incorporando os conhecimentos e práticas que conformam tais paisagens, tal divisão não aparece tão marcada, e a “natureza” muitas vezes deixa de ser objetificada e passa a expressar uma subjetividade.

Nesta foto temos uma paisagem em que sobressai uma casa iluminada pelo sol sob um céu azul e algumas árvores e bananeiras. Mas é sobre o canto do passarinho e Deus que o autor da foto quer falar. Ou seja, a natureza assim como a paisagem não estão somente no que é enxergado, trata-se, sobretudo de uma percepção que incorpora também outras experiências sensoriais (INGOLD, 2002, p. 189-190). Cheiro, cores, sons e sabores são fragmentos de uma totalidade vivenciada que podem compor a paisagem, ainda que não estejam explicitamente registrados.

Posso entender como natureza um bom dia? Sim. Como já diz a música “O Sol a brilhar, as aves a cantar” isso é natureza, é vida, é onde estamos inseridos, o ambiente. A sobrevivência, a biodiversidade existente nesse espaço. Toda esta maravilha! A natureza a acordar o homem com seu bom dia. Até o cantar do galo. Basta só perceber. Já o



Figura 3 – Foto por Matheus Luiz (Fonseca, Niterói, RJ)

que não é natureza é quando há uma forma de prejudicar o próximo de forma interesseira e inútil. Vejo natureza como o princípio. Por mais que hajam modificações algumas delas ainda mantém a sua aura, outras perdem e a única volta possível é uma reintegração através de decomposição (Matheus Luiz L. F., 18 anos, 3º ano do ensino médio).

Falar sobre a “natureza” é também falar das relações sociais e mesmo espirituais que conformam aquele ambiente específico. À “natureza” retratada nas plantas que ornamentam ou compõem os quintais ou varandas, por exemplo, não se atribui apenas uma dimensão funcional, ela é também fruto de uma construção subjetiva, emocional, estética e afetiva. Poderíamos dizer que resulta da “coprodução” entre homem e ambiente num processo dinâmico de interação e transformação mútua, responsável pelas criações e inovações, através do manejo de recursos sociais e naturais nas mais diferentes combinações (PLOEG, 2008).

Com o interesse do meu pai em plantações e flores, começamos na varanda da minha casa a plantar algumas coisas, nessa foto podemos



Figura 4 – Foto por Suellen Silva (Laranjal, São Gonçalo, RJ)

ver o que era uma mesinha, ele fez um [plantio de] morango... Com isso vimos a total diferença do que realmente é natural, o que a natureza nos proporciona, dos morangos que vendem por aí (Suellen Silva, 18 anos, 3º ano do ensino médio).

Neste ambiente híbrido, nem dentro nem fora de casa, o olhar desta jovem traz atenção para os detalhes, como a pequena mesa que foi adaptada

para receber mudas de morango. A dimensão sensorial é novamente mencionada: o fruto ali produzido é diferente do que é vendido em comércios locais, tendo um tamanho um pouco menor, porém com o sabor mais acentuado e “sem veneno”, e, portanto, “verdadeiramente natural”, muito embora seja fruto também do manejo humano.

Plantas e bichos

Na favela onde realizamos o trabalho de campo para a dissertação de Mestrado, verificamos que plantios assumem as mais diferentes formas: quintais cultivados, canteiros em áreas comuns, plantações nas encostas de morro, hortas verticais, vasos em lajes e mesmo pequenas “roças” de mandioca, milho, feijão; hortas com o cultivo de folhosas como a alface, a couve, taioba, mas principalmente bertalha. Outras plantas consideradas “matos” são usadas para alimentação, como o caruru e a maria gordinha; “pés de fruta” como a laranja, o limão cravo, a tangerina, além de imensas cajazeiras, mangueiras, jaqueiras e bananeiras em locais úmidos, ao longo de drenagem ou, ocasionalmente, recebendo efluentes da cozinha. Uma ampla gama de plantas ornamentais enfeita jardins, varandas e interiores de casas. Além dessas, são cultivadas ervas medicinais para o preparo de emplastos, chás, banhos e garrafadas.

Essas coleções de plantas são mantidas para diversos fins, seja para alimentação, seja por razões estéticas ou mesmo para fins religiosos, como é o caso daquelas utilizadas em rituais de religiões de matriz africana. Além de sua presença em quintais privados, estes cultivos também se estendem pelas encostas acompanhados por espécies nativas, mesmo que de forma dispersa e não sistematizada. No entanto estes plantios sofrem diversas pressões muito particulares.

É importante acrescentar que esta prática é tensionada pela expansão da área construída, da disposição de lixo nas encostas, pelo risco de adentrar em áreas vegetadas utilizadas como esconderijo pelo tráfico, pela falta de saneamento que obriga as encostas a receberem os efluentes domésticos, por conflitos entre vizinhança, entre outros. Contudo, na descrição da figura 5 é ressaltado que a função de “cuidar” do quintal foi passada para este jovem e seu irmão, o que aponta que tais redes continuam a resistir a tais pressões:

Essas fotos foram tiradas no quintal da minha casa, são plantações familiares que vão passando de geração para geração e hoje quem cuida destas plantas sou eu e meu irmão. Essas raras **naturezas** moram no meu quintal porque há muito tempo meu avô, que gosta de plantar, as plantou. Essas plantas minha família costuma usar para fins alimentícios e medicinais. A maioria das plantas tem histórias antigas exceto a pimenteira que minha mãe pediu uma muda para um amigo. Minha relação com a **natureza** fotografada é de apreciação no sentido de captar e transmitir a importância biológica que as plantas possuem para o meio ambiente de trazer o equilíbrio para o mundo (Diogo Valério, 18 anos, 3º ensino médio).

É neste ambiente já modificado que o indivíduo habita e desenvolve suas atividades, carregando no próprio corpo habilidades específicas, sensibilidades e disposições. Assim, não é necessário invocar outro tipo de veículo para a transmissão intergeracional da informação, seja este nomeado pelo rótulo “cultura” ou “genética”, para lidar com a diversidade dos arranjos da vida humana. Em outras palavras ao se tratar de geração de conhecimento (percepção) não é possível falar em separações entre homem, ambiente, corpo e mente (INGOLD, 2002).

Para alguns moradores é importante ter determinadas plantas “por perto” para garantir certa autonomia frente aos imponderáveis da vida, como as doenças. Quem cultiva as ervas medicinais e detém este



Figura 5 – Foto por Diogo Valério (Fonseca, Niterói, RJ)

conhecimento são procurados por aqueles que não querem ou não podem arcar com tratamentos dispendiosos. O mesmo ocorre com as plantas alimentícias que, além de compor a dieta alimentar, é uma alternativa aos alimentos, verduras e legumes, com “veneno” e “sem sabor” comercializado nos mercados. Por isso o esforço de conseguir estas espécies “vale à pena”.

Conforme foi observado em outra situação, aqueles que desenvolvem cultivos mantêm constantes trocas recíprocas (exemplificado pelo pé de pimenta), formando uma rede pela qual circulam conhecimentos, práticas e produtos. Essas relações entre moradores e o entorno de plantios se dão em locais informais e são inseridas no cotidiano: em

encontros espontâneos e conversas coloquiais; depois das missas, cultos ou rezas; em conversas no ponto de ônibus, ao ir ou chegar do trabalho; em visitas; durante o manejo do quintal nos finais de semana; em encontros nos postos de saúde ou comércio locais; pelas redes sociais do universo virtual; também em eventuais atividades de projetos que tratam de questões ambientais, a troca de mudas e sementes é muito comum (AMSTEL, 2018).

A presença de animais é também uma constante nestas paisagens e instiga a percepção de qualquer observador. Assim como cavalos, outros animais como galinhas, porcos, patos, perus, gansos, cabras, bois, estão presentes, se adequando a espaços reduzidos e ao relevo acidentado. Mais comuns nesse tipo de espaço são os cachorros e gatos, bem como, as gaiolas de passarinhos como o tiziu, sanhaço, trinca-ferro e canarinho da terra.

Para além destes imperativos concretos, ter um animal envolve não só uma série de operações diárias, mas também implica numa ética e alteridade para com os animais. Em muitos casos envolve também uma dimensão afetiva na qual o animal tem espaço consolidado dentro do núcleo familiar. É justamente na relação com estes animais que aparecem a oposição “natureza” e “feito pelo homem”.

Bem, esse é meu cachorrinho e para mim ele é natureza. Pois desempenha uma função natural que pode até não ser grande, mas, coopera para regulação de outras vidas. Exerce atividades biológicas. Preda, pode ser predado também. Exerce influência e certa dependência de outros seres na sua vida. Outra coisa é que ele nasceu de outro cachorro também. Apesar dele ser natureza, sei também que em parte não é tanta natureza assim. Isso devido ao fato de quê hoje ele não existiria naturalmente. Pelo menos não da maneira que é. Existem fortes suspeitas de que foi criado em laboratório através de alteração genética que o fez obter um menor tamanho sendo o original muito maior que o atual (Matheus Luiz L. F., 19 anos, 3º ano do ensino médio).



Figura 6 – Foto por Matheus Luiz (Fonseca, Niterói, RJ)

Nesta lida cotidiana com os animais, vemos como novamente a categoria “natureza” é invocada pelos moradores como fonte do aprendizado engajado no mundo: observar a “natureza” e entender até onde o homem pode interferir (ou coproduzir). Essas fronteiras são importantes, pois delimitam até onde determinada intervenção é aceitável, implicando em considerações éticas. A “natureza” não deve ser manipulada ao bel prazer do homem, mas este pode, a partir da observação cuidadosa, influenciar e alterar seus ciclos até certo limiar. Em um exercício

de alteridade para com os animais, as “maldades” ou “exageros” na lida com eles são eticamente condenados, se expressando em diferentes graus entre animais domésticos (tidos membros ou agregados da família), criações animais (cavalos, porcos, galinhas que, se bem cuidados, podem ser elementos de troca por produtos ou serviços) e os “da mata” (que expressam o respeito à “natureza” de forma geral). Quanto a estes últimos, tem crescido muito a “consciência ambiental” no sentido de não prejudicá-los, em nome da “preservação da vida”. Neste contexto, práticas como a caça ou instalação de armadilhas para captura tem sido cada vez mais condenadas, e seus praticantes já não se sentem confortáveis em falar abertamente sobre o assunto, embora ainda as realizem.

CONCLUSÕES

A presença das plantações e criações animais não é suficiente para qualificar a favela como uma paisagem rural. Melhor seria aceitarmos que essas paisagens, registradas por jovens moradores, nos levam a refletir sobre uma realidade complexa conformada por elementos de diversas origens e recortada por diferentes percepções advindas de uma miríade de costumes, valores e experiências. É importante conhecer os significados dessas práticas e as relações sociais mobilizadas por elas evitando o uso de classificações generalizadoras e simplificadoras.

Partindo das narrativas dos jovens, observamos que as categorias “rural” ou “roça” não aparecem nas descrições das imagens. Pelo menos neste exercício, não pareceu ser uma preocupação desses jovens recorrerem a tais classificações, mesmo que seus pais ou avós tenham a “roça” como local de origem, ou que algumas favelas fossem consideradas “roça” por seus próprios moradores há cerca de 10 ou 15 anos. As imagens e as palavras destes jovens têm como referência o lugar onde vivem e de onde veem o mundo. Os olhares se mostram atentos para as transformações recentes, para os desafios de viver nas favelas, mas ressaltando principalmente o que é apreciado, valorizado.

Não seria o caso de abandonar tais categorias, mas assumir em termos metodológicos o entendimento do “rural”, assim como de “natureza”, de acordo com os sentidos atribuídos pelos atores sociais, ou seja, perceber a paisagem como um fenômeno cultural construído historicamente.

A análise da paisagem numa perspectiva ontológica, não apenas visual, mas que pertença ao domínio da experiência e de um estar no mundo, pode contribuir para um entendimento das práticas, conhecimentos e modos de vida que contribuem para moldar a paisagem. É possível então explorar como os atores conformam a paisagem, e como esta ao mesmo tempo age sobre eles.

As práticas estão intrinsicamente ligadas aos modos de vida e à sociabilidade que se criam no ambiente da favela, em partes frutos do entrecruzamento de espaços e tempos promovidos pela mobilidade rural-urbana, mas também por processos coprodução com o ambiente particular. Isto é exemplificado pelo fluxo de plantas trazidas por tais populações, ou seja, a preservação dessas espécies está intimamente ligada à presença antrópica e são elementos importante dentro das redes de sociabilidade locais. 

REFERÊNCIAS

AMSTEL, Jay van. **Percepções, saberes e práticas sobre o meio ambiente na favela: o caso de uma intervenção ambiental na Grota do Surucucu – Niterói, RJ.** 2018. 168p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BONILLA, Frank. Rio's favela: the rural slum within the city. **Field Staff Reports (East Coast, South American Series)**, v. 8, n. 3, p. 1-15, 1961.

CARMINATI, Thiago Zanotti. **Imagens da favela, imagens pela favela: etnografando representações e apresentações fotográficas em favelas cariocas.** In: GONÇALVES, Marco Antônio; HEAD, Scott (Orgs). **Devires imagéticos: a etnografia, o outro e suas imagens.** Rio de Janeiro: 7 letras, 2009. p. 68-91.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, v. 2, n. 1, p. 9-38, 2008.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1968.

COMPANS, Rose. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, p. 83-99, 2007.

FUKS, Mario. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. **Dados**, v. 41, n. 1, n/p, 1998.

INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling, and skill.** London: Taylor & Francis, 2002.

JOLLIVET, Marcel. **Pour une science sociale à travers champs: paysannerie, ruralité, capitalismo (France XX siècle).** Paris: Arguments, 2001.

KAISER, Bernard. **La renaissance rurale.** Paris: Armand Colin, 1990.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LLAMBÍ, Luis; PÉREZ, Edelmira. Nuevas ruralidades y viejos campesinismos: agenda para una nueva sociología rural latinoamericana. **Cadernos de Desarrollo Rural**, v. 4, n.59, p. 37-61, 2007.

LONG, Norman. **Development sociology: actor perspectives.** New York: Routledge, 2001.

Repensando as categorias rural e urbano na favela
 Maria José Teixeira Carneiro, Jay Marinus van Amstel

MARTINS, José de Souza. As coisas no lugar. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: HUCITEC, 1981. p. 11-38.

MENDRAS, Henri. **La fin des paysans**. Paris: Armand Colin, 1976.

MOREIRA, Roberto José (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília: Nead, 2005.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2008.

SIMMEL, Georg. **A filosofia da paisagem**. Covilhã: LusoSofia, 2009.

UFFORD, Philip Quarles van. Knowledge and ignorance in the practices of development policy. In: HOBART, Mark (Ed.). **An anthropological**

critique of development: the growth of ignorance. New York: Routledge, 2002. p. 135-160.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: EdFGV, 2005.

WANDERLEY, Maria Nazareth. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria Nazareth. A sociologia do mundo rural: as questões da sociedade no Brasil contemporâneo. **RURIS**, vol. 4 n. 1, p. 21-36, 2010.

WANDERLEY, Maria Nazareth. **Uma singularidade histórica: o olhar de uma pesquisadora brasileira sobre o mundo rural francês**. Recife: EdUFPE, 2018.

Submetido em Junho de 2019.

Revisado em Junho de 2019.

Aceito em Julho de 2019.